



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR DOCUMENTO

Eu, _____, abaixo-assinado, portador do RG _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, declaro sob as penas da lei que não possuo o(s) seguinte(s) documento(s):

Documento(s):	Justificativa:

Exemplo:

Documento deixado de apresentar	Justificativa por não apresentar
Extratos bancários de membro familiar	Este membro familiar nunca possuiu conta corrente, poupança ou conta salário em instituições bancárias

→ Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções previstas no Código Penal.

_____ (SC), ____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) declarante

Nome do pai, mãe ou responsável legal (quando o(a) declarante tiver idade inferior a 18 anos):

Assinatura do pai, mãe ou responsável legal
(quando o(a) declarante tiver idade inferior a 18 anos)

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica:

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.